

**20º Congresso Brasileiro de Sociologia**

**12 a 17 de julho de 2021**

**UFPA – Belém, PA**

**Comitê de Pesquisa 16**

**Sociologia da Estratificação e Desigualdades**

***Crise e desempenho diferencial do emprego em setores da economia  
criativa no Brasil***

***(Versão para discussão)***

***Sandro Ruduit Garcia***

***PPGS-UFRGS***

**Porto Alegre, junho, 2021.**

## ***Crise e desempenho diferencial do emprego em setores da economia criativa no Brasil***

***Sandro Ruduit Garcia, PPGS-UFRGS***

### ***Introdução***

A crise financeira internacional deflagrada em 2008 abalou gravemente a economia mundial pelo menos até 2013, com retração no crédito, na produção, no consumo, nas trocas internacionais, no emprego e na renda dos trabalhadores (Castells, 2019). O Brasil sofreu tais consequências depois das economias industriais avançadas. Na presente década, uma crise sanitária chacoalha dramaticamente o sistema internacional com consequências econômicas e sociais imprevisíveis em sua extensão, agravando a já debilitada situação econômica e social brasileira. Fala-se, por exemplo, mais recentemente, na constituição de “novos vulneráveis” para expressar um tipo de trabalhador escolarizado e em algum momento empregado que se depara com os impactos nos combinados das crises econômica e sanitária deflagrados em 2020 sobre seus rendimentos e direitos sociais (Arbix, 2020).

A economia criativa refere-se à produção, transação e consumo de bens e serviços cujo valor se constitui pela sua originalidade ou autenticidade, sendo, hoje, debatida em meio aos questionamentos sobre alternativas de futuro. Na década passada, diagnósticos e relatórios internacionais (DCMS, 2014; UNCTAD, 2008; UNCTAD, 2010; UNESCO, 2013) registraram o expressivo crescimento de uma economia criativa em diferentes contextos político-institucionais e territoriais. Sabe-se pouco, porém, sobre o seu desempenho em situações de crise econômica. Observou-se relativo crescimento dessa economia criativa também no país, despertando inclusive a atenção de atores empresariais, acadêmicos e governamentais para a sua importância na participação no conjunto do processo econômico (COSTA e SANTOS, 2011; GOLGHER, 2011). A participação dessa economia no PIB foi estimada em 2,26%, em 2006, e em 2,61%, em 2017 (FIRJAN, 2019). Entretanto, o país ingressa em momento de crise e estagnação econômica que se deflagra em 2014, após um período de alguma expansão. A

taxa média de crescimento do PIB foi de 3,93%, no período entre 2006 e 2013; essa taxa sofre grave retração para -1,47%, no período entre 2014 e 2017.

A proposta do *paper* é acompanhar os impactos dessa crise econômica sobre o desempenho do emprego em setores ligados à economia criativa no Brasil. A hipótese é que a economia criativa expressa um conjunto de novos setores e de setores reestruturados, sendo o seu desempenho (empresas e empregos) condicionado por: a) conjunturas da economia, b) contingências político-institucionais do país, e c) disponibilidade de recursos relevantes no território.

Os indicadores são número de empresas e empregos, tamanho e distribuição regional das empresas, faixa etária, sexo, escolaridade, remuneração e carga horária nos empregos. Recorre-se a diferentes fontes documentais e bases de dados estatísticos, especialmente a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (RAIS-MTE). O estudo nessa base de dados selecionou 46 classes de atividades econômicas, conforme classificação CNAE 2.0. Ao considerar que essa classificação se inicia no ano de 2006, optou-se por considerar o período entre 2006 e 2017 (último dado disponível no momento da coleta dos dados – estes serão atualizados para anos seguintes 2018 e 2019, agora já disponíveis). A escolha das classes de atividades empenhou-se na aproximação de seleções propostas em relatórios e diagnósticos realizados no país que tentam expressar as áreas de indústrias criativas indicadas pela Unctad (FIRJAN, 2008; FIRJAN, 2014; UNCTAD, 2010).

### **Considerações sobre o conceito**

O conceito de *economia criativa* propõe-se ao registro de uma região da nova economia, relacionando-se com a afirmação do paradigma informacional de produção (Castells, 1999) e com a pluralização de estilos de vida e consequente estetização nas práticas de consumo (Lipovetsky e Serroy, 2015).

O processo econômico depara-se, hoje, com a “destruição criadora” encetada pelas tecnologias da informação e comunicação – digitalização, *internet* móvel, *big data* – que cria setores produtivos inteiramente novos pelos seus efeitos sobre arenas econômicas já existentes (Freeman e Soete, 2008), bem como com horizontes cognitivos impostos por desafios sociopolíticos globais,

como as aspirações e controvérsias sobre “sustentabilidade” e sobre o acesso a “bens públicos”, inclusive recursos imateriais, como conhecimento, memória coletiva e patrimônio artístico-cultural (Kaul, Grumberg, Stern, 2012). Isso tem despertado a atenção de agências multilaterais e de governos para o crescimento de setores e de profissionais “criativos” e suas potencialidades em termos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural, deflagrando, desde o final dos anos 2000, uma discussão de âmbito mundial sobre o tema (Unctad, 2010; Unesco, 2013).

Neste sentido, a economia criativa pode ser definida pela produção, transação e consumo de bens e serviços cujo valor se constitui pela sua originalidade ou autenticidade, tendendo a se transformar em direitos de propriedade intelectual, especialmente direitos autorais. A criatividade – base dessa economia - consiste na habilidade de gerar soluções *originais* ou *autênticas* que são reconhecidas como úteis ou mesmo influentes, decorrendo de processos cognitivos, sociais e institucionais de adaptação ou transformação de ideias e símbolos em artefatos considerados historicamente novos (originalidade) ou únicos (autenticidade). A criatividade envolve a capacidade de transportar uma ideia mundana em um grupo para outro onde passa a ser considerada nova e significativa e, portanto, valorizada (Burt, 2004). Pode também decorrer de tensões entre grupos distintos que combinam diferentes ideias. Esse tipo de troca é favorecido pelas formas organizacionais descentralizadas com menor controle da informação e conhecimento (Ramella, 2013; Uzzi e Spiro, 2005). De Vaan, Stark e Vedras (2014) chamam a atenção para a recombinação criativa de recursos – ideias, informações, conhecimentos e símbolos - gerada pela intersecção entre grupos de trabalho cognitivamente distantes, com formas de conhecimento e critérios de avaliação distintos. No entanto, a transformação do produto dessas atividades de criação em riqueza econômica depende de legitimidade institucional. A formação da economia criativa envolve não apenas atributos cognitivos e convenções sociais sobre a razoabilidade e cálculo da transação econômica, mas também um conjunto de diretrizes para contratos e leis que sustentam as trocas. O produto da ação criativa pode ser ou não aceito, dependendo de variáveis regimes de regras ou normas sociais (Burns, 2014).

A novidade da economia criativa guarda, pois, íntima relação não apenas com a nova materialidade de comunicação e produção gerada pela digitalização na conexão entre grupos e ideias, mas também com a legitimidade do consumo estetizado que se alcança com a atual pluralidade de estilos vida. Diferentes estratégias de operacionalização do conceito tentam captar o recente crescimento dessa economia. Para Howkins (2013), os setores econômicos criativos são baseados nas tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades de geração de conteúdos simbólicos, classificando-se em: propaganda, arquitetura, artes plásticas, artesanato, *design*, moda, cinema, música, artes cênicas, setor editorial, pesquisa e desenvolvimento, *software*, brinquedos e jogos, TV e rádio, e vídeo games. Conforme Florida (2011), a “classe criativa” constitui-se de profissionais que concebem produtos criativos (computação e matemática; arquitetura e engenharia; ciências; educação e formação de recursos humanos; artes, *design* e mídia), tornando-se fator de propulsão de uma cidade criativa. A UNCTAD define indústrias criativas como atividades baseadas em conhecimento e em artes, gerando, potencialmente, receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual. Com vistas a favorecer a aproximação de bases estatísticas diversas e maior precisão em estudos qualitativos e quantitativos, as indústrias criativas são classificadas em grupos: patrimônio cultural (cultura tradicional e sítios culturais); artes (visuais e cênicas); mídia (audiovisuais e publicações/ mídias impressas); e criações funcionais (*design*, novas mídias e serviços criativos) (Unctad, 2010).

O acúmulo de pesquisas registra não apenas a novidade da economia criativa, mas também a sua heterogeneidade, em razão de sua inscrição em diferentes mecanismos sociais. Essa economia é compatível com diferentes lógicas institucionais no regramento dos vínculos entre profissionais e demais agentes, podendo envolver grandes e pequenas empresas, contratos de trabalho de longo prazo ou externalização de atividades (CAVES, 2003). O registro sobre experiências nacionais indica diferentes “modelos” de incentivos. Um tipo de orientação é observado na Inglaterra e Estados Unidos, focado em setores e atividades culturais ligados às tecnologias de informação e comunicação, à propriedade intelectual e ao capital de risco, buscando a promoção do mundo pós-industrial (FLORIDA, 2011; HOWKINS, 2013); outro tipo de orientação, mais próximo dos casos da Austrália, Nova Zelândia e Canadá, volta-se para o uso das

tecnologias de informação e comunicação na promoção de culturas locais e da alta cultura, em tom de resistência à “americanização” da cultura internacional (FLEW e CUNNINGHAM, 2010; REIS, 2008).

Ademais, o registro do que ocorre em diferentes contextos (como, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha e Brasil) têm mostrado a pertinência de fatores regionais e territoriais no curso dessa economia. Um tipo de recurso destacado nessa literatura é a presença de profissionais qualificados e de conhecimentos que se tornam fator de atração e formação de empresas criativas numa região (FLORIDA, 2011; GOLGHER, 2011; TREMBLAY & DARCHEN, 2011). Outro fator destacado refere-se à disponibilidade de infraestruturas tecnológicas e institucionais. O acesso às tecnologias da informação e comunicação depende de infraestrutura e de habilidades obtidas pela educação (MORAES & SCHWARTZ, 2011). Também importantes seriam as capacidades de financiamento (público, privado, capital de risco, subvenção), de *marketing* regional e de organizações sem fins lucrativos (MARKUSEN & GADWA, 2010; REIS, 2012). Fatores simbólicos e culturais (memória coletiva, patrimônio cultural, “atmosfera vibrante”, diversidade de estilos de vida) têm sido também identificados como relevantes no desempenho de setores da economia criativa, pois contribuem como fontes de novas ideias, de diferenciação e de autenticidade dos artefatos (EIKHOF & HOUNSCHILD, 2006; KOSTER et al., 2013).

Portanto, a economia criativa expressa um conjunto de novos setores e de setores reestruturados, sendo o seu desempenho (atividade econômica, geração de riqueza, expansão emprego) dependente de conjunturas econômicas e político-institucionais assim como da dinâmica de interação entre atores diversos no acesso a recursos territoriais.

### ***Empresas***

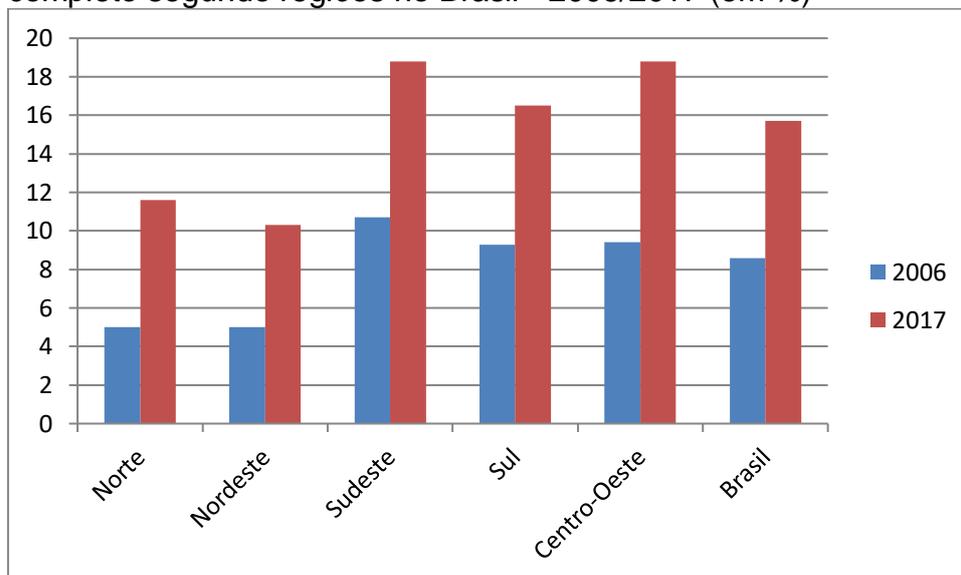
O crescimento de empresas e empregos ligados à economia criativa inscreve-se no contexto de desempenho: a) do conjunto da economia, b) das capacidades político-institucionais do país, e c) da disponibilidade de recursos relevantes no território.

Ao considerar-se o período analisado, o processo econômico do país é marcado por uma fase de relativo crescimento, seguindo-se uma fase de

estagnação da atividade econômica e de crise política: a taxa média de crescimento do PIB foi de 3,93%, no período entre 2006 e 2013; essa taxa sofre grave retração para -1,47%, no período entre 2014 e 2017 (World Bank, 2018). Outra característica do período é a redução da importância do setor industrial em relação aos setores de agropecuária, de extração mineral e de serviços, considerando-se indicadores de desempenho da balança comercial, de atração de investimento estrangeiro e distribuição do emprego entre setores. Nesse percurso, a economia criativa acabou despertando certo interesse no debate público, transformando-se em novas ações públicas e privadas com vistas ao seu estímulo e desenvolvimento no país. Em 2010, o Ministério da Cultura (MinC) criou a Secretaria da Economia Criativa, com o objetivo de concentrar as iniciativas federais de mapeamento e de planejamento de ações para cadeias produtivas da criatividade, territórios criativos e polos criativos, revelando preocupação central com a inclusão social e o patrimônio cultural. Associações empresariais e universidades passam, também, a realizar diagnósticos, formação e atividades em favor desses setores econômicos, com foco na difusão de novos modelos de negócios e em sustentabilidade.

Quanto aos recursos relevantes para o desempenho dessa economia, observam-se, por exemplo, expansão da formação de pessoal no ensino superior, assim como difusão do uso de tecnologias de informação e comunicação, considerando-se o período examinado. Todavia, tais recursos, que se mostram relevantes para as atividades nessa economia, revelam uma distribuição variável entre regiões do país, podendo contribuir para explicar diferenças no seu crescimento, como se discute adiante. De fato, a taxa de pessoas com ensino superior completo cresceu de 8,6%, em 2006, para 15,7%, em 2017, no Brasil (Gráfico 1). Mesmo que todas as regiões tenham experimentado crescimento desse grau de escolarização no período, permanecem níveis maiores nas regiões Sudeste e Sul do que nas regiões Nordeste e Norte. Na região Centro-Oeste, fica o Distrito Federal e a capital nacional, Brasília, onde se concentra grande parte da burocracia da administração federal. Quando se inclui o Distrito Federal, a taxa de escolaridade da região se aproxima do Sul e Sudeste. Quando se exclui o Distrito Federal, a taxa se aproxima das regiões Nordeste e Norte.

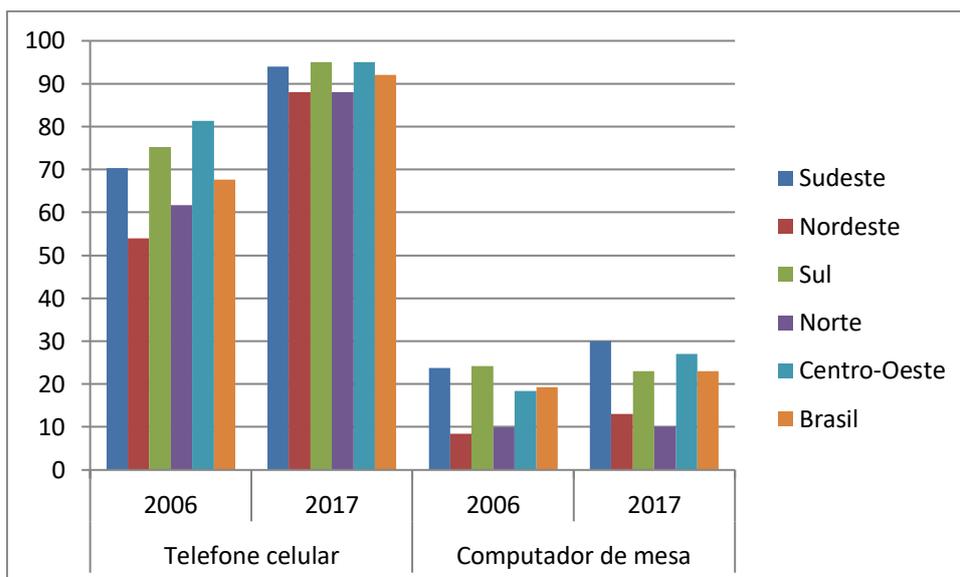
Gráfico 1 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível de instrução superior completo segundo regiões no Brasil - 2006/2017 (em %)



Fonte: Composição a partir de BRASIL (2007) e BRASIL (2018a).

O acesso a dispositivos de tecnologias da informação e comunicação também apresentou expansão entre os domicílios do país no período: a presença de telefones celulares passou de 68%, em 2006, para 92%, em 2017; e a presença de computadores de mesa evoluiu de 19%, em 2006, para 23%, em 2017. Essa disponibilidade de equipamentos avançou em todas as regiões, mas manteve-se maior acesso nas regiões Sudeste e Sul, comparativamente às regiões Nordeste e Norte. A região Centro-Oeste aproxima-se das maiores taxas, quando se considera o Distrito Federal, mas se distancia delas, sem a contribuição do mesmo (Gráfico 2).

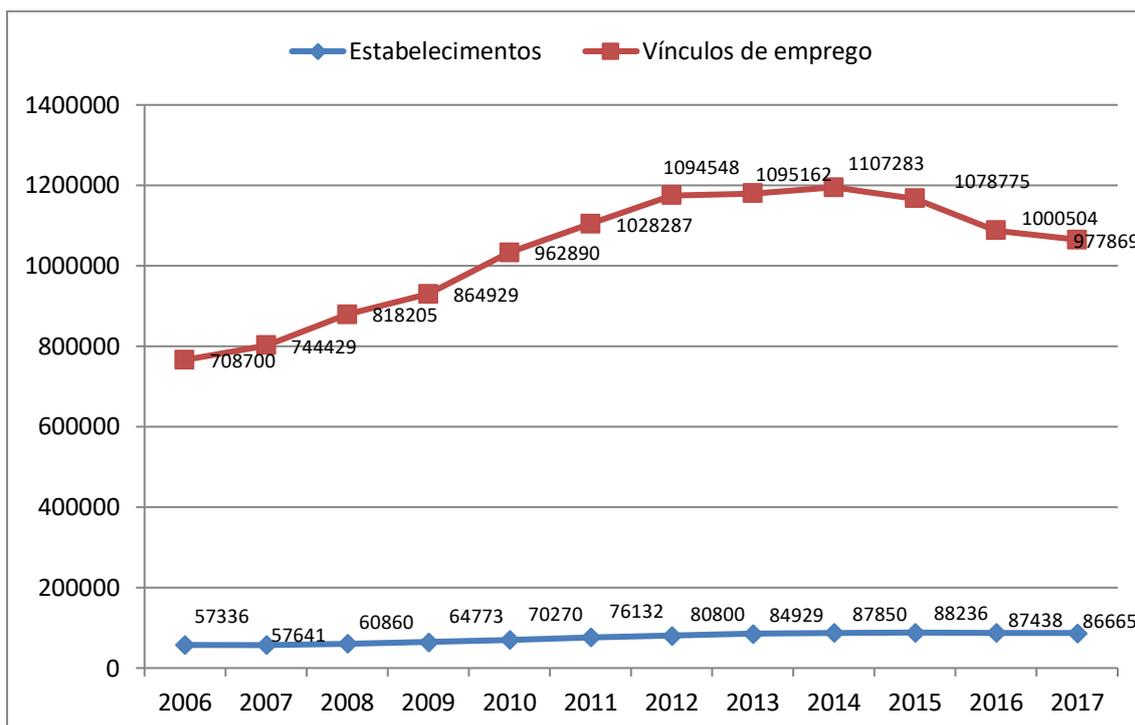
Gráfico 2 – Evolução da proporção de domicílios com equipamentos de tecnologias de informação e comunicação segundo região no Brasil – 2006/2017 (em %)



Fonte: Composição a partir de UNESCO (2018).

Nesse contexto, a economia criativa expandiu-se no período entre os anos de 2006 e 2014, apresentando certa retração entre os anos de 2015 e 2017, quando se deflagra a crise do conjunto da economia do país. O Gráfico 3 mostra o crescimento do número de empresas em setores selecionados da economia criativa no Brasil, partindo de 57336 estabelecimentos no ano de 2006, com ápice de 88236 estabelecimentos em 2015, retraiendo-se para 86665 estabelecimentos em 2017. Os estabelecimentos nos setores selecionados da economia criativa tiveram um crescimento de 51%, entre os anos de 2006 e 2017, enquanto o conjunto dos demais setores econômicos tiveram variação de 36%, no mesmo período. O dado sobre os empregos revela movimento similar aos estabelecimentos. Eram 708700 vínculos formais, no ano de 2006, alcançando 1107283 vínculos, em 2014. Esse número se retrai para 977869 vínculos, no ano de 2017. Os vínculos nos setores selecionados da economia criativa experimentaram crescimento de 38% no período de 2006 a 2017, ao passo que nos demais setores econômicos variaram 31%, no mesmo período, no país. Assim, os dados sugerem que a economia criativa teve maior crescimento do que o restante da economia do país, sendo um pouco menos afetada pela crise econômica que se deflagrou mais recentemente.

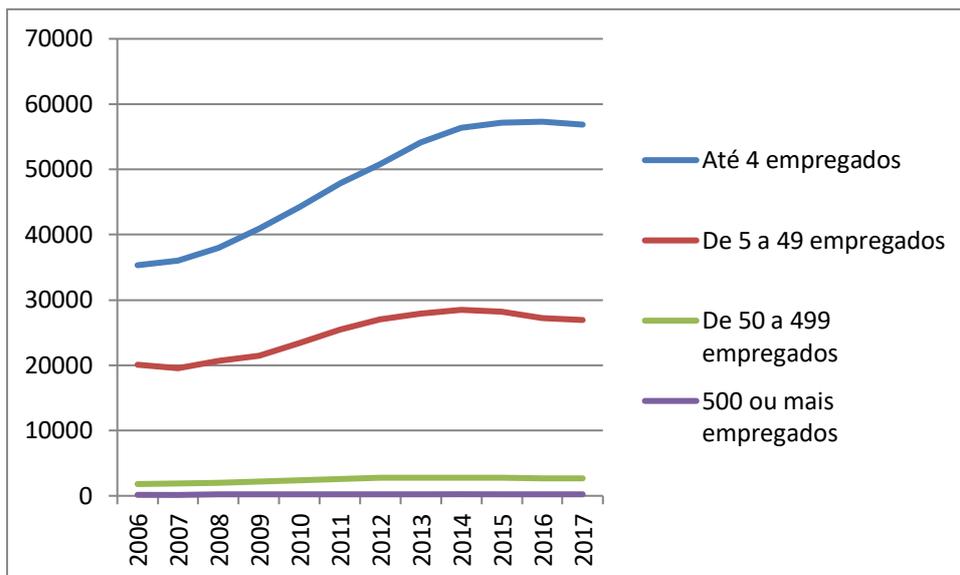
Gráfico 3 - Evolução do número de estabelecimentos e do número de vínculos de emprego em setores selecionados da economia criativa no Brasil - 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Quanto ao tamanho das empresas, os dados mostram que o maior número de estabelecimentos se concentra na faixa das que contam com até quatro empregados. Essa faixa relevou ainda a maior taxa de crescimento no período: eram 35326 estabelecimentos com até quatro empregados no ano de 2006, passando para 56840, no ano de 2017, variando 61% no período. Essa faixa representava 62% do total de estabelecimentos nos setores selecionados da economia criativa, em 2006, e 65% desse total, em 2017. As demais faixas de tamanho das empresas também cresceram no período, ainda que com menor velocidade do que as empresas com até quatro empregados (Gráfico 4). O que se tem é não apenas o predomínio das empresas de menor porte, mas também a expansão de sua participação entre os setores selecionados da economia criativa no Brasil, considerando o período em análise.

Gráfico 4 - Evolução do número de estabelecimentos em setores selecionados da economia criativa segundo tamanho no Brasil - 2006 a 2017



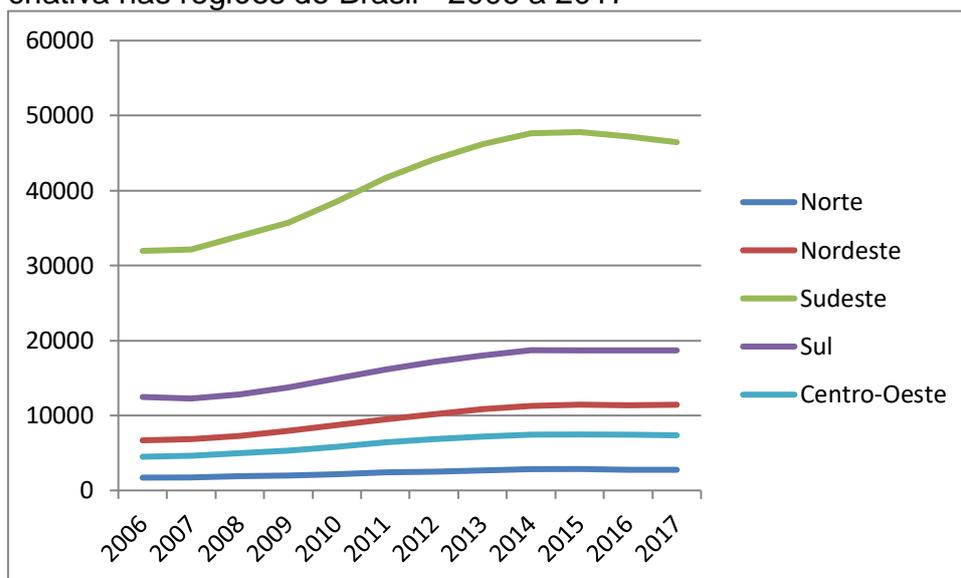
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

O crescimento das empresas em setores selecionados da economia criativa ocorre nas capitais e no interior, assim como nas diferentes regiões do país. Porém, a evolução entre essas delimitações territoriais revela diferenças de desempenho que se mostram de interesse para a análise, especialmente ao se cotejar esse resultado com a distribuição de recursos relevantes para a economia criativa, como antes registrada. O desempenho do conjunto das capitais estaduais do país revelou variação de 45% entre os anos de 2006 e 2017 (eram 26033 estabelecimentos, passando para 38025), enquanto no conjunto dos demais municípios do país essa variação foi de 55% (31303 estabelecimentos, em 2006; 48640, em 2017). Porém, o volume de empregos é maior nas capitais do que no interior, diferindo do que ocorre com os estabelecimentos. Isso pode se dever à maior concentração de grandes empresas, com maior volume de empregados por unidade nas capitais do que nos municípios do interior.

Como mostra o Gráfico 5, as maiores concentrações de empresas nos setores de economia criativa acham-se nas regiões Sudeste e Sul, enquanto as menores encontram-se nas regiões Centro-Oeste e Norte, situando-se a região Nordeste em posição intermediária. No período entre 2006 e 2017, as variações no número de estabelecimentos nos setores selecionados da economia criativa foram de 45% no Sudeste, 49% no Sul, 71% no Nordeste, 63% no Centro-Oeste, e 62% no Norte. A evolução dos empregos entre regiões guarda certa correspondência com o que ocorre com os estabelecimentos, sendo também o

maior volume concentrado, destacadamente, na região Sudeste, depois Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Isso corresponde à disponibilidade de recursos relevantes, como educação superior e tecnologias da informação e comunicação, entre as diferentes regiões do país.

Gráfico 5 - Evolução dos estabelecimentos em setores selecionados da economia criativa nas regiões do Brasil - 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Portanto, os dados coligidos mostram o crescimento das empresas e dos empregos ligados a setores da economia criativa no Brasil. Esse processo despertou a atenção de agentes governamentais, acadêmicos e empresariais, com iniciativas que parecem ter estimulado a formação de novos e pequenos empreendimentos. Contudo, a recente crise econômica enfrentada pelo país freou esse crescimento de uma economia criativa no país. Constata-se, ainda, certa relação entre a expansão e disponibilidade de recursos importantes para essa economia e seus níveis de participação e crescimento entre regiões do país.

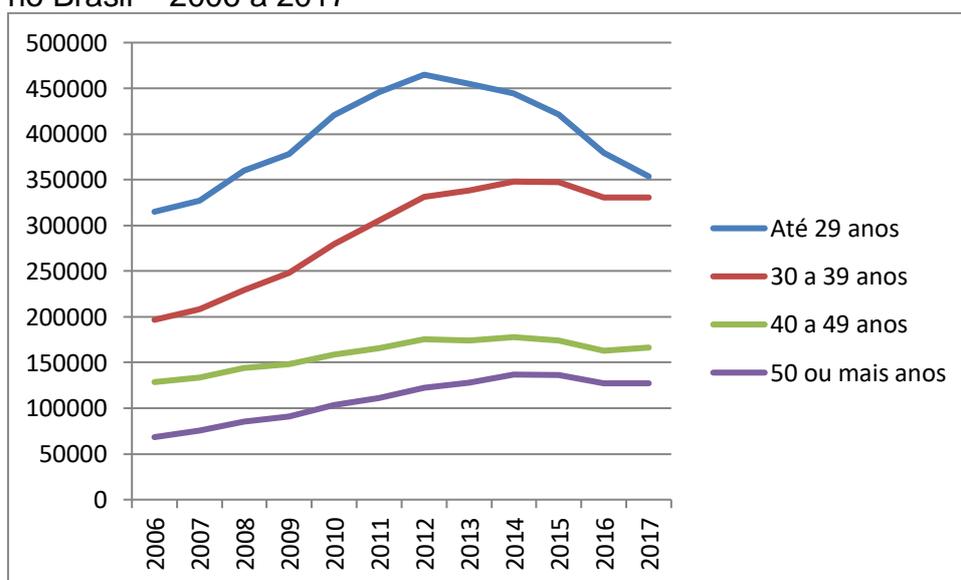
### **Empregos**

O crescimento de empresas em setores ligados à economia criativa no país reflete-se no aumento dos empregos nessa economia, considerando-se o período entre 2006 e 2017. Empresas e empregos em economia criativa expandiram-se mais rapidamente do que os demais setores da atividade econômica no Brasil. Empresas em economia criativa cresceram mais (variação de 51% no período) do

que os empregos em economia criativa (variação de 38%) no período. Vale notar que as empresas de maior porte detém maior volume de empregos do que as de menor porte. Pode-se supor que iniciativas institucionais tiveram efeito no estímulo à criação de pequenas empresas que acabaram freadas pela recente crise econômica.

Em relação à distribuição etária dos empregos, observa-se que há maior concentração dos vínculos entre as faixas etárias mais jovens (até 29 anos; entre 30 e 39 anos). Todas as faixas etárias de trabalhadores experimentaram crescimento dos vínculos entre os anos de 2006 e 2017, variando 12% na faixa até 29 anos de idade, 68% na faixa entre 30 e 39 anos, 29% na faixa entre 40 e 49 anos, 86% na faixa de 50 ou mais anos. Entretanto, a recente crise econômica e a consequente retração da atividade em economia criativa no país acabaram afetando mais intensamente os mais jovens (faixa até 29 anos). A faixa de trabalhadores mais velhos (50 anos ou mais) experimentou o maior crescimento no período, permitindo supor certa valorização de acúmulos de experiência profissional nessa economia. A expressiva expansão da faixa entre 30 e 39 anos pode decorrer do ingresso de trabalhadores com ensino superior nessa economia, considerando a recente expansão nesse nível de ensino que pode ter absorvido uma demanda reprimida de população adulta jovem (Gráfico 6).

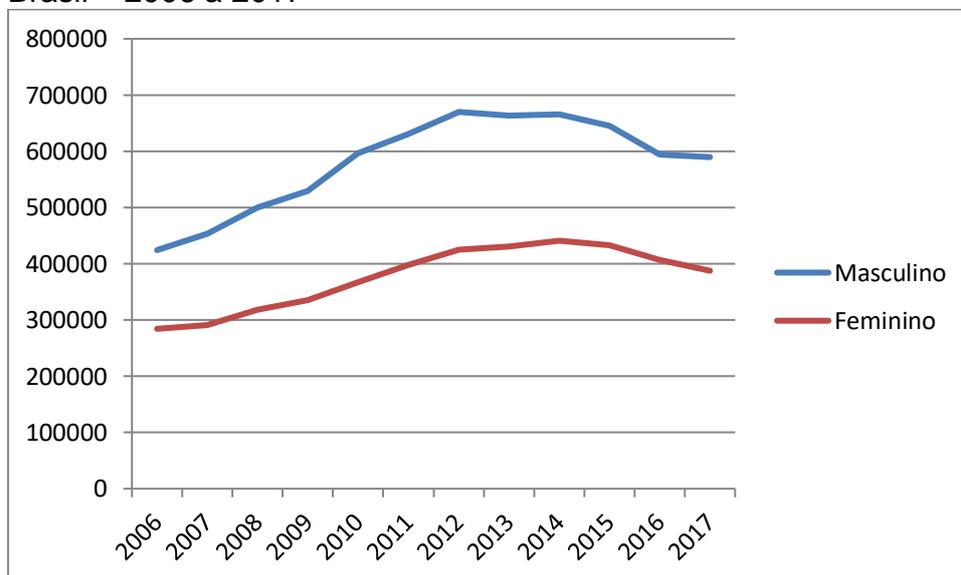
Gráfico 6 – Evolução dos vínculos em setores selecionados segundo faixa etária no Brasil – 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

O crescimento do emprego para o sexo masculino (variação de 39%, passando de 424332 vínculos em 2006 para 589949 vínculos em 2017) revelou-se um pouco mais rápido do que para o sexo feminino (variação de 36%, passando de 284368 vínculos em 2006 para 387920 em 2017) no período em análise (Gráfico 7). Cabe notar a maior participação do emprego masculino no total. A deflagração da crise econômica do país afetou um pouco mais os vínculos no sexo feminino (retração de 12%, no período entre 2014 e 2017) do que no sexo masculino (retração de 11%, no período entre 2014 e 2017).

Gráfico 7 – Evolução dos vínculos em setores selecionados segundo sexo no Brasil – 2006 a 2017

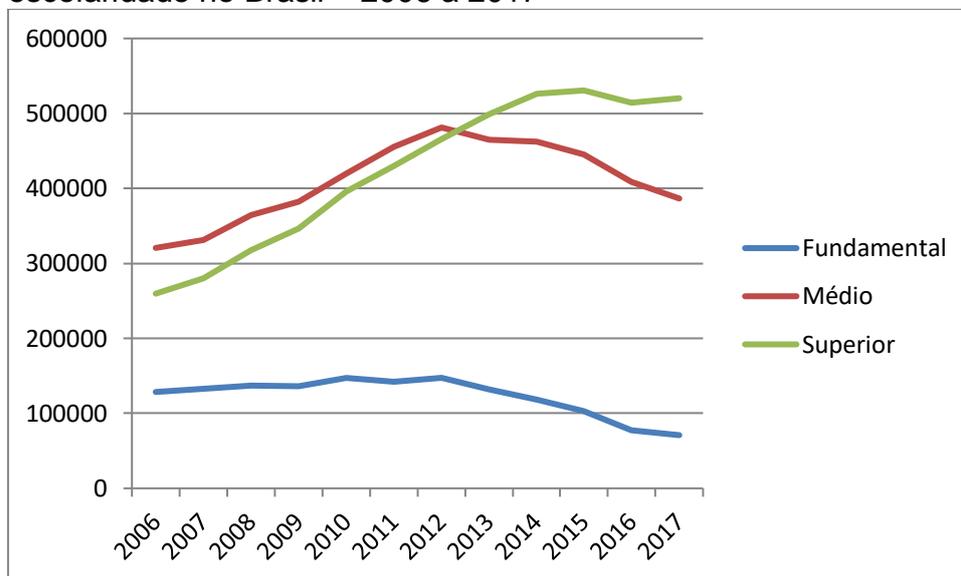


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Os dados são expressivos sobre as mudanças na escolaridade dos trabalhadores no período. Os vínculos de trabalhadores com ensino fundamental reduziu-se de 128457 em 2006 para 70888 (variação de -45%). Os vínculos de trabalhadores com ensino médio passaram de 320618 em 2006 para 386626 em 2017 (variação de 21%). Os vínculos de trabalhadores com ensino superior cresceram de 259625 em 2006 para 520355 em 2017 (variação de 100%). Com tal desempenho, a participação dos vínculos de trabalhadores com ensino superior alcançou 53% do total, em 2017 (Gráfico 8). Entre os anos de 2014 e 2017, houve retração significativa dos vínculos no ensino fundamental (variação de -40%), ao passo que a redução foi menor nos vínculos no ensino médio

(variação de -16%), mantendo-se praticamente estáveis os vínculos no ensino superior (variação de -1%).

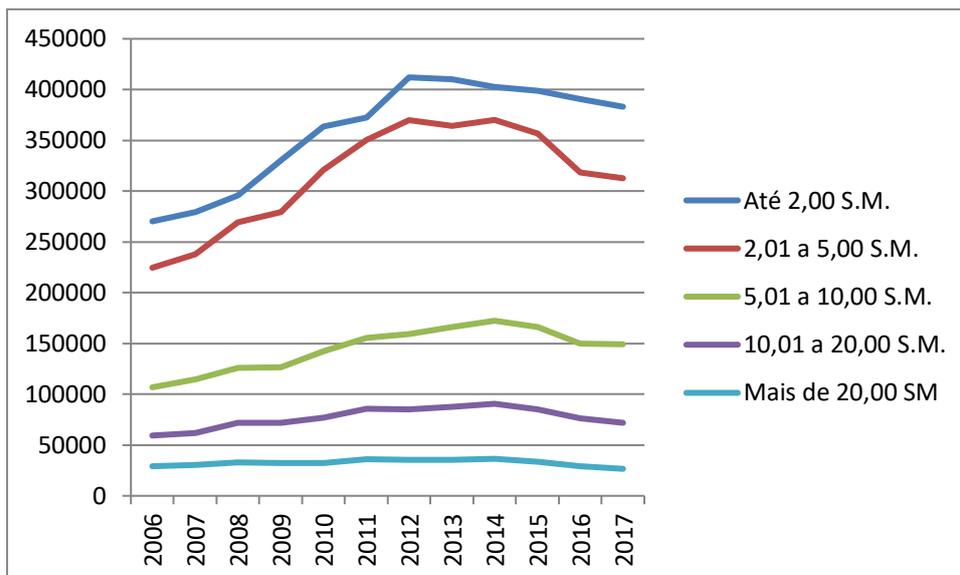
Gráfico 8 – Evolução dos vínculos em setores selecionados segundo grau de escolaridade no Brasil – 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Quanto à remuneração dos trabalhadores, as menores faixas de remuneração apresentam a maior participação no total dos trabalhadores em economia criativa no país, no período investigado. A faixa de remuneração de até 2 salários mínimos variou 42% entre 2006 e 2017, enquanto a faixa entre 2 e 5 salários mínimos variou 39%; a faixa entre 5 e 10 salários mínimos variou 40%; a faixa entre 10 e 20 salários mínimos variou 20%; e a faixa de mais de 20 salários mínimos retraiu-se em 10%, no mesmo período. Todas as faixas de remuneração cresceram até a crise deflagrada em 2014, mas as faixas de menor remuneração tiveram maior velocidade na sua expansão vis-à-vis às faixas de maior remuneração. As faixas de remuneração mais elevadas (entre 10 e 20 salários mínimos; e mais de 20 salários mínimos) perderam, proporcionalmente, mais vínculos entre 2014 e 2017 do que as demais, tendo ambas se retraído em 27% nesse interregno (Gráfico9).

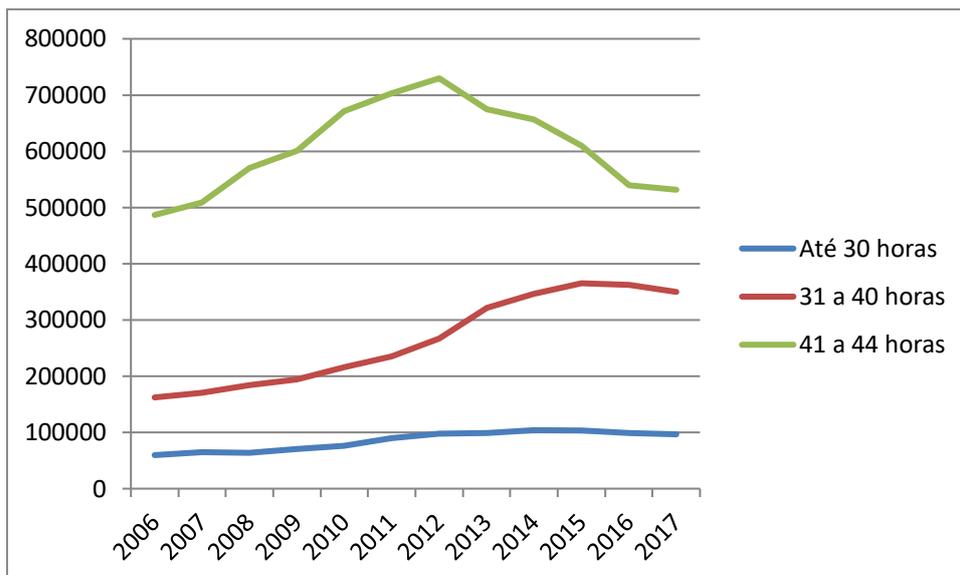
Gráfico 9 – Evolução dos vínculos em setores selecionados segundo faixas de remuneração no Brasil – 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Conforme o Gráfico 10, os setores selecionados da economia criativa no país têm predomínio dos vínculos de emprego com tempo integral de trabalho (faixas de 41h a 44h semanais; e de 31h a 40h semanais). Todas as faixas de carga horária de trabalho tiveram expansão no período entre 2006 e 2017: até 30h, cresceu 62%; 31h a 40h, aumentou 115%; e 41h a 44h, elevou-se 9%. Contudo, somente a faixa de 41h a 44h de carga horária semanal de trabalho teve retração de vínculos entre os anos de 2014 e 2017 (variação de -19%). Isso contribui para esclarecer a redução das maiores faixas de remuneração, como antes apontado. Outra informação relevante refere-se à evolução dos vínculos segundo a faixa de tempo no emprego: os vínculos de 24 meses ou mais tiveram expansão em todo o período, ao passo que os vínculos até 24 meses no emprego expandiram-se entre os anos de 2006 e 2012, sofrendo retração persistente entre os anos de 2013 e 2017. O dado expressa tanto o movimento de novas contratações experimentadas pela economia criativa no país, quanto a sua desaceleração em face da crise econômica.

Gráfico 10 – Evolução dos vínculos em setores selecionados segundo faixas de carga horária semanal de trabalho no Brasil – 2006 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018b).

Portanto, o emprego em economia criativa no país tem crescido mais do que no restante dos setores econômicos. A velocidade dessa expansão é maior entre os trabalhadores mais velhos, do sexo masculino, com ensino superior e nas faixas de menor remuneração. A participação dos trabalhadores jovens é, ainda, a mais expressiva. O emprego de tempo integral é predominante nesses setores selecionados da economia criativa. A crise econômica e do emprego afetou mais significativamente os trabalhadores jovens e com menor escolaridade, a partir do ano de 2014.

### **Considerações finais**

O estudo sobre o desempenho da economia criativa permite identificar algumas tendências, em meio às particularidades da economia e sociedade brasileira e sua conjuntura. Essa nova economia imaterial baseada na originalidade ou autenticidade de bens e serviços reúne um conjunto de novos setores e de setores reestruturados cujo desempenho é condicionado pelas conjunturas econômicas, pelas contingências político-institucionais e pela dinâmica de interação entre atores diversos no acesso a recursos territoriais (Burns, 2014; Koster et al., 2013).

As empresas e os empregos em setores ligados à economia criativa no país cresceram, em certo momento, mais do que nos demais setores econômicos, embora representassem ainda pequena parte do conjunto da atividade

econômica. Como antes apontado, a velocidade dessa expansão é maior entre os trabalhadores mais velhos, do sexo masculino, com ensino superior e nas faixas de menor remuneração. O emprego de tempo integral é predominante na economia criativa. Contudo, a recente crise econômica enfrentada pelo país freou, a partir do ano de 2014, esse crescimento, afetando mais significativamente os trabalhadores jovens e com menor escolaridade.

Sob os estímulos da UNCTAD, podem-se identificar ações em resposta a esse crescimento de uma economia criativa no país, destacando-se iniciativas de associações empresariais, de universidades e de agentes governamentais, resultando no estímulo à formação de novas e pequenas empresas. Porém, a recente experiência do país parece ainda pouco articulada, com foco e metas distintas entre si, como geração de renda e inclusão social, preservação do patrimônio e diversidade cultural, sustentabilidade ambiental e inovação em modelos de negócios em cultura. Isso difere do que se verifica em economia informacionais mais consolidadas (Flew e Cunningham, 2010; Florida, 2011). No Brasil, há confusão entre economia criativa, economia da cultura e economia solidária, podendo limitar o alcance e efetividade de políticas e ações nesses setores.

Ademais, o desempenho diferencial entre regiões parece relacionar-se com a disponibilidade de recursos sociais, como pessoal qualificado e infraestrutura digital. Isso é consistente com estudos que afirmam a importância da transformação pelos profissionais de recursos disponíveis em ativos territoriais no processo de desenvolvimento dessa economia criativa. A disponibilidade de recursos e a capacidade de empregá-los no processo econômico tornam-se relevantes para explicar o florescimento de setores criativos (MARKUSEN & GADWA, 2010; TREMBLAY & DARCHEN, 2011). Neste sentido, esse tipo de atividade econômica não evoluiria sob quaisquer condições, dependendo, pois, da qualidade dos ativos territoriais e das conjunturas político-institucionais. O fenômeno não ocorre em qualquer parte do espaço social, nem se desdobra em mesmo curso, embora se identifiquem tendências similares.

## Referências

- ARBIX, G.. Ciência e tecnologia em um mundo de ponta-cabeça. *Estudos Avançados*, v.34, n.99, p.65-76, 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: MTE, 2018b. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.
- BURNS, T. R.. The Sociology of Creativity: a Sociological systems framework to identify and explain social mechanisms of creativity and innovative developments. *Working Papers CIES/ IUL*, Lisboa, n.196, p.1-38, 2014.
- BURT, R.. Structural holes and good ideas. *American Journal of Sociology*, v.110, n.2, p.349-399, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- CAVES, Richard. Contracts between arts and commerce. *Journal of Economics Perspectives*, v.17, n.2, p.73-83, 2003.
- COSTA, Armando D. e SANTOS, Elson R. S.. Economia criativa no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. *Economia & Tecnologia*, v.27, p.151-159, 2011.
- DCMS (Department for Culture Media & Sport). *Creative Industries Economic Estimates: statistical release*. London, 2014, p.1-36, 2014.
- DE VAAN, M.; STARK, D.; VEDRES, B.. Game changer: topologia dela creatività. *Stato e Mercato*, n.102, p.307-340, 2014.
- EIKHOF, D. R. & HAUNSCHILD, A.. Lifestyle meets market: bohemian entrepreneurs in creative industries. *Creativity and innovation management*, v.15, n.3, 2006.
- FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). *A cadeia da indústria criativa no Brasil*. Estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Firjan, 2008.
- FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Firjan, 2014.
- FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Firjan, 2019.
- FLEW, Terry; CUNNINGHAM, Stuart. Creative Industries After the First Decade of Debate . *The Information Society*, n. 26, v.2, p. 113- 123, 2010.
- FLORIDA, R.. *A Ascensão da Classe Criativa*. Porto Alegre: L&PM EDITORES, 2011.
- FREEMAN, C. e SOETE, L.. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- GOLGHER, A. B.. A distribuição de indivíduos qualificados nas regiões metropolitanas brasileiras: a influência do entretenimento e da diversidade populacional. *Nova economia*, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.109-134, 2011.
- HOWKINS, John. *Economia criativa*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.
- KAUL, I.; GRUNBERG, I.; STERN, M. *Bens públicos globais: cooperação internacional no século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2012.

- KÖSTER, P. R. et al. *La cultura como factor de innovación económica y social*. Valência: Econcult/ IIDL/ Universitat de València, 2013. (Proyecto Sostenuto).
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. *A estetização do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MARKUSEN, Ann e GADWA, Anne. *Creative placemaking*. Washington/ DC: Report Consulting, 2010. 69p.
- MORAES, J. L. e SCHWARTZ, G.. Cidades criativas e conexão audiovisual. *Informações FIFE: Temas de Economia Aplicada*, São Paulo, p.12-14, 2011.
- RAMELLA, Francesco. *Sociologia dell'innovazione econômica*. Bologna: Ed. Mulino, 2013.
- REIS, Ana Carla F.. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- TREMBLAY, D. e DARCHEN, S.. The attraction/retention of knowledge workers and the creative city paradigm: can we plan for the talents and at what coast? The case of Montreal. *Research note of the Canada Research Chair on the Socio-organizational Challenges of the Knowledge Economy*. Montreal, Université du Québec, 2011.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *Creative Economy: Report 2008*. Genebra: Nações Unidas, 2008.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *Creative Economy: Report 2010*. Genebra: Nações Unidas, 2010.
- UNESCO. *Creative Economy Report 2013*. Especial edition: widening local development pathways. Genebra: Nações Unidas, 2013.
- UNESCO. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – CETIC-BR. *Pesquisas e indicadores*. São Paulo: Cetic-Br, 2018. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisas/>. Acesso em: 20 abril de 2019.
- UZZI, B. e SPIRO, J.. 2005. Collaboration and creativity: the small world problem. *American Journal of Sociology*, v.111, n.2, p.447-504.
- WORLD BANK. GDP Growth: Brazil. Washington: The World Bank, 2018. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR&most\\_recent\\_year\\_desc=true](https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR&most_recent_year_desc=true). Acesso em: 20 abril de 2019.